

A REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS POLÍTICAS E AS DIMENSÕES DA HEREDITARIEDADE NO ESTADO DA PARAÍBA

José Marciano Monteiro¹

Rafael de Farias Ferreira²

Resumo: Estudos sobre família e intersecção com a política têm apontado para lógicas de reprodução de poder e riqueza. Este trabalho visa apresentar resultados de pesquisa que tem sido realizada no Estado da Paraíba. Trata-se de levantamentos sobre famílias que controlam os principais orçamentos públicos dos municípios do Estado e se há parentes dos gestores públicos ocupando cargos nas principais pastas (Secretarias de Saúde, Educação, Obras e Assistência Social). Tal levantamento nos permite dialogar com a literatura sobre estruturas de poder, concentração de renda e desigualdades. Porém, acrescentando a estas, às dimensões da hereditariedade dos grupos familiares de elite como uma variável que importa a análise e que, portanto, instiga questões relacionadas a lógica da permanência e reprodução de poder e riqueza. Busca-se, assim, apresentar, ainda que de forma inconclusa, o mapeamento das famílias que controlam os principais orçamentos públicos municipais, após as eleições de 2016, no Estado da Paraíba, com enfoque para a reprodução das famílias políticas e as dimensões da hereditariedade no Estado da Paraíba.

Palavras-chave: Hereditariedade. Paraíba. Família.

THE REPRODUCTION OF POLITICAL FAMILIES AND THE DIMENSIONS OF HEREDITARITY IN THE STATE OF PARAÍBA

Abstract: Studies on family and intersection with politics have pointed to logics of reproduction of power and wealth. This paper aims to present research results that have been carried out in the State of Paraíba. These are surveys on families that control the main public budgets of the municipalities of the State and if there are relatives of the public managers occupying positions in the main folders (Secretaries of Health, Education, Works and Social Assistance). This survey allows us to dialogue with the literature on structures of power, concentration of income and inequalities. However, adding to these, to the dimensions of the heredity of elite family groups as a variable that matters the analysis and which, therefore, instigates questions related to the logic of permanence and reproduction of power and wealth. The aim of this study is to present a mapping of the families that control the main municipal public budgets, after the 2016 elections, in the State of Paraíba, with a focus on the reproduction of political families and the dimensions of heredity In the State of Paraíba.

Keywords: Heredity. Paraíba. Family.

☐ Enviado em 15/07/2017

☐ Aprovado em 28/07/2017

¹ Doutor em Ciências Sociais e professor Adjunto I da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades – NEFADE/UFCG/CDSA/CNPq. Pesquisador no Núcleo de Estudos Paranaense – NEP/UFPR/CNPq. E-mail: jm.monteiro17@gmail.com

² Mestre em Formação de Professor (UEPB) e membro pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades – NEFADE/UFCG/CDSA/CNPq. E-mail: rafaelgeografb@yahoo.com.br

Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Que Sociologia fazemos? Interfaces com contextos locais, nacionais e globais realizado de 26 a 29 de julho de 2017 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/DF.

1. Hereditariedade e poder político

A sociologia política, ainda com poucos pesquisadores no Brasil, tem estudado e tentado compreender as redes e relações de poder político, tendo como objeto de análise as famílias políticas. Estes pesquisadores têm lançado luz sobre outro objeto que diretamente se relaciona ao primeiro. Trata-se de pensar o fenômeno da *hereditariedade do poder político*. Ou seja, trata-se de pensar os processos e as configurações da transmissão do poder político por meio do grupo familiar. Este tem sido, portanto, objeto de investigação de autores como Oliveira (2001, 2012, 2015), Canêdo (1997, 2002, 2011), Grill (2003; 2007) Monteiro (2016, 2017), Goulart (2015), Vanali (2015), dentre outros.

A hereditariedade do poder político (CANÊDO, 2002; GRILL, 2003), ao que nos parecem, tem sido evidenciada sociologicamente principalmente através dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas por este grupo de pesquisadores (VANALI, 2015; OLIVEIRA, 2015; GOULART, 2015; VALENCIANO, 2015, MONTEIRO, 2017),³ que tem apontado o fenômeno da *reprodução do poder político* como central a análise de permanência de poucos indivíduos na constituição das elites e, por conseguinte, da classe dominante no país (OLIVEIRA, 2001, 2015; MONTEIRO, 2017). Esta configuração, portanto, tem sido investigada especialmente observando, como recorte temporal, o período após a redemocratização. Tais pesquisadores têm evidenciado a quase impossibilidade de pensar e compreender a política no Brasil sem relacioná-la ao fenômeno da *hereditariedade do poder político*, por meio de um espírito quase que dinástico de poucos grupos familiares (BOURDIEU, 1996), que historicamente ocupam a alta burocracia e o aparelho de Estado no país. Lançar uma perspectiva analítica sobre a hereditariedade do poder político no Brasil, nesse sentido, não é algo inexpressivo ou de pouca relevância científico-acadêmica. Trata-se de entender a(s) forma(s) como os agentes têm se posicionado e tomado decisões no aparelho de estado brasileiro.

A transmissão do poder político (CANÊDO, 1997) pelo “sangue” envolve uma complexidade de relações numa sociedade modernizada como a brasileira. Envolvem elementos que ultrapassam a mera transmissão consanguínea do grupo. Esta estaria apenas no campo da natureza e

³ Os pesquisadores os quais nos referimos estão situados em alguns grupos de pesquisas, cadastrados junto ao CNPq. Refiro-me especificamente ao Núcleo de estudos Paranaense – NEP, na Universidade Federal do Paraná - UFPR; ao Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades – NEFADE, na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

da fisiologia humana. A nossa análise se debruça sobre este tipo de hereditariedade a partir das redes e das relações sociais. Em poucas palavras: acúmulo de capitais. O acúmulo de capitais permite, portanto, identificar como se opera os processos de diferenciação (BOURDIEU, 1979, 1980). Estes estão relacionados para além da fortuna material e dos capitais simbólicos e culturais, uma vez que, na maioria das vezes, são transmitidos desde a educação familiar e reforçados no ambiente escolar.

A transmissão e perpetuação de famílias no aparelho de estado e no contexto republicano torna-se, portanto, um problema que merece ser investigado, tanto pela sociologia, quanto pela ciência política.

Assim, a hereditariedade do poder político e a transmissão do poder, como uma configuração que *parece ser* consanguínea, é uma característica muito mais visível e consensual nas formas monárquicas de governo. Acreditava-se que, nas sociedades contemporâneas, cujas formas de governos fossem democráticas, a transmissão de poder entre gerações e por meio de dinastias familiares tenderia a diminuir, tendo em vista o pressuposto do sufrágio universal e a rotatividade no poder por indivíduos não pertencentes às linhagens familiares. O projeto idealizado pelos iluministas e, naquele contexto, pela burguesia nascente colocava em cheque toda e qualquer transmissão de poder pela ordem consanguínea. Isto levaria a uma ruptura que faria emergir as sociedades ditas democráticas.

O que tem ocorrido, em certo sentido, é algo que desafia o saber da sociologia política e da ciência política. Ou seja, mesmo nas democracias contemporâneas, tem sido alta a configuração e as taxas de recrutamento de um padrão de representação política que tem como elemento central a transmissão e sucessão de poder político fundamentado em linhagens familiares. Algo que tanto se aproxima das monarquias como também se distancia delas, posto que não se trate tão somente de uma nobreza, mas que, sociologicamente, poderíamos afirmar que poucas famílias assumem posições privilegiadas no controle das principais instituições ditas republicanas. Nesse sentido, o saber sociológico e a ciência política podem em muito ajudar a compreender estas complexas configurações que envolvem a dinâmica do poder político no Brasil, levando em consideração a lógica de entendimento e de explicação que ultrapasse a naturalização deste padrão de dominação.

Do ponto de vista da ciência política contemporânea, é pouco republicano pensar a transmissão de poder político através da hereditariedade entre seletos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo familiar. A própria concepção de república se esvazia diante de tal fenômeno que, ao

que nos parece, tem aumentado no Brasil pós-processo de redemocratização. A república, enquanto forma de governo, se configura em uma linguagem que romperia a hereditariedade como fenômeno de transmissão de poder. No contexto contemporâneo das sociedades complexas, a hereditariedade política não pode ser percebida sem o acúmulo constante dos capitais. Estes, muitas vezes, camuflam os processos de dominação, como se os exercícios e os mecanismos se dessem a partir e tão somente pela força da família e do “sangue familiar”, os ditos nobres; escondendo, assim, os processos reais e efetivos da dominação que se traduz em sua linguagem material e simbólica dos capitais.

Observando o aumento da “bancada dos parentes”⁴ e de como a política tem se tornado um negócio de poucas e privilegiadas famílias do poder e no poder (MONTEIRO, 2017), é possível colocar a questão em outros termos, ou seja: até que ponto é possível falar em república no Brasil quando famílias históricas, nos mais variados espaços da federação, continuam controlando as principais instituições? Que elementos têm permitido famílias perdurarem por tanto tempo no aparelho de estado, emplacando seus herdeiros para as principais instituições e nos melhores e mais bem pagos cargos da república? Como e quais estratégias metodológicas é possível mensurar o peso econômico e político que estas famílias do poder exercem?

O processo de hereditariedade do poder político, como já mencionado, envolve muito mais que a transmissão consanguínea; envolvem processos de socialização de saberes, de capitais simbólicos e materiais, assim como de relações sociais específicas, relacionadas ao grupo familiar e ao fazer/agir político. Os saberes se estabelecem desde a linguagem incorporada (BOURDIEU, 1998), com seus códigos e processos simbólicos identitários do grupo, até o domínio de códigos específicos e secretos que permitem agir dentro – ou fora – do aparelho de Estado, nos espaços sociais, nos rituais e eventos, encenando práticas dentro do teatro que também constitui o mundo político. Assim, a hereditariedade traz consigo marcas simbólicas da família, que são visíveis a partir do sobrenome (CANÊDO, 2002, 2011; MONTEIRO, 2016, 2017).

O sobrenome, não é apenas um “nome sobre”; é mais que “um” sobre. É a história do grupo e o poder transmitido simbolicamente. É a história da família, muitas vezes materializada no agente. É a coletividade sintetizada em um indivíduo que tem por “missão” transmitir o legado familiar para as gerações futuras. A hereditariedade do poder político é a forma política e simbólica de

⁴ Cf. MEDEIROS, Elore. AGÊNCIA PÚBLICA. Herdeiros de políticos ocupam metade da Câmara. 03 fev. 2016. Acessado em 15 de junho de 2017. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/herdeiros-de-politicos-ocupam-metade-da-camara/>

transmissão do poder, que, ao utilizar de elementos materiais e simbólicos, exercem efeitos de sentido e que tem permitido, no campo político, o reconhecimento dos herdeiros como legítimos sucessores de seus antepassados. É a materialização da história no corpo do agente que tem como missão transmitir à geração futura o que lhe foi ensinado e socializado. É o poder, por excelência, exercendo sua força e seus mecanismos de dominação, como se fosse por um ato natural da consanguinidade. É o processo de camuflagem da fortuna material e simbólica do grupo, em uma sociedade desigual, como a brasileira, que permite que a herança política seja legitimada como uma transmissão natural do poder. É o efeito simbólico e material da dominação instaurados nos corpos e nas mentes de quem legitima a hereditariedade do poder político como fenômeno pertencente ao herdeiro, tendo em vista que este é destacado como sucessor “nato”, legítimo, conhecido e, por isso, reconhecido como aquele que traz consigo a força simbólica e material do grupo familiar.

2. **Lógica de permanência e reprodução**

A hereditariedade do poder político não pode ser compreendida sem o binômio transmissão/permanência. E numa sociedade capitalista, marcada por profundos processos desiguais de acesso, como é a sociedade brasileira, à medida que se transmite o poder político, numa espécie de continuidade de poder do grupo familiar, também se transmite o patrimônio político para o herdeiro, que ficará com a responsabilidade de permanecer, e muitas vezes ampliar, o patrimônio do grupo. Se por um lado, ser herdeiro permite herdar o patrimônio (material e simbólico) construído historicamente pelo grupo familiar; por outro, exige-se responsabilidade para assegurá-lo, ampliá-lo e transmiti-lo. Por conseguinte, em famílias históricas do poder tradicional, o dever de conduzir o patrimônio simbólico do grupo familiar não é dado a qualquer indivíduo. Trata-se de nomear alguém que melhor incorporou saberes condizentes com a prática política. Alguém que não apenas saiba falar; mas também jogar com as palavras, no jogo político (MONTEIRO, 2017). Dessa forma, aquele que irá conduzir o patrimônio material e simbólico do grupo passa por processos de socialização e incorporação de saberes práticos relacionados ao universo político. Estes saberes vão se construindo e se constituindo e, portanto, sendo incorporado no indivíduo desde a infância. Não se trata de algo calculado, planejado, mas que é levado e conduzido de acordo com o *senso prático*, o sentido do jogo. São saberes reforçados na adolescência e que, no início da juventude, são

fortalecidos por meios de rituais de consagração que reforçam a inserção propriamente dita do jovem no campo político de disputas.

O processo de iniciação, e ao mesmo tempo inserção em cargos políticos locais – ou, dito de outra forma, no âmbito do poder político municipal –, por exemplo, é um desses rituais de consagração à vida política-administrativa (BOURDIEU, 1998). Esta inserção permite não apenas conhecer os laços e os mecanismos da dinâmica do jogo político-administrativo, mas funciona como espaço de apresentação do neófito (logo, do herdeiro), que futuramente se apresentará como o “nome” para pleitear cargos eletivos. Será aquele que, muitas vezes, no presente (leia-se na atualidade) está sendo conduzido por seu pai – o qual, no passado, fora conduzido por seu avô – e que, conseqüentemente, no futuro próximo, será o ocupante do cargo que já fora ocupado por seus antepassados, o que será encarado como “sequência natural”. É, portanto, aos olhos de muito o legítimo ocupante daquele cargo. Traduz-se, dentro de uma engenharia social/lógica de dominação, naquele que “nasceu” para ser prefeito, deputado, governador ou senador, seguindo apenas os passos trilhados pela tradição. Em poucas palavras: no eleito. Eleito aqui no sentido fiel do termo, ou seja, aquele que “nasceu para aquilo”, como se tal ocupação em um destes cargos se devesse às forças naturais ou sobrenaturais que regem os destinos dos sujeitos.

Esta lógica de percepção e de compreensão naturaliza processos históricos de violência simbólica exercida pelo grupo. Naturaliza concentração de poder e de riqueza dos agentes (BOURDIEU, 2000; OLIVEIRA, 2012). Naturaliza acúmulos de capitais à medida que desloca os processos de reconhecimento do agente como legítimo para esferas que se encontram fora do mundo social. Isto só é possível graças à magia que o próprio mundo social fornece por meio dos mecanismos ideológicos de dominação. É a inversão das forças sociais para as forças sobrenaturais ou naturais. É o destino da classe dominante (OLIVEIRA, 2001), sendo construído e legitimado pelos dominados ao desconhecer os processos e as engrenagens, ou seja, as estratégias de dominação por aqueles que exercem diuturnamente práticas de violência simbólica. É o efeito mágico da ideologia camuflando os processos históricos de dominação e de concentração de poder, que, ao mesmo tempo, vai operando na legitimação da permanência e produção da reprodução do grupo social dominante.

Esta lógica perversa, que alimenta a reprodução histórica das desigualdades em nosso país por meio do controle do aparelho de Estado por poucas e privilegiadas famílias, funciona de forma reticular através de redes e estruturas de poder político-familiar-econômico que se estende do local

ao nacional. Isto tem permitido camuflar uma lógica de dominação que não tem possibilitado perceber os acúmulos de capitais (capital econômico, capital cultural e capital político-familiar) e concentração de poder e riqueza destas famílias que controlam os principais orçamentos públicos do país. Isso permite que alguns indivíduos, principalmente aqueles desprovidos de capitais, aceitem, em termos de cumplicidade, e legitimem o exercício sutil, porém eficaz, da dominação que se traduz na triste dívida “devo favor” por estar empregado ou receber benefício que garante a sobrevivência diária em condição de penúria social.

Esta tem sido uma configuração de poder que tem permitido compreender a partir de uma lógica reticular e dialética de dominação. Trata-se de uma lógica prática que se articula do local (município) ao nacional. No seio das famílias históricas praticamente se constrói uma “fábrica de herdeiros” para a ocupação dos melhores cargos, no sentido dos mais bem pagos salários da república. Assim, se constrói a legitimidade de forma relacional por aqueles desprovidos de capital, pertencentes às famílias mais carentes – no sentido econômico do termo – e dependendo de empregos e outros benefícios ofertados pelos que, historicamente, ocupam posições estratégicas no estado e, ao mesmo tempo, possuem toda uma arquitetura da dominação que se realiza sobre lógica material e simbólica da gramática do empreguismo e do clientelismo.

Nesse sentido, as secretarias municipais, dependentes do poder político e econômico do grupo que ocupam cargos de vereador, deputado estadual e deputado federal, são espaços de iniciação ao mundo da política. Tais espaços reforçam saberes que são inculcados, trabalhados e incorporados, muitas vezes desde a infância, por uma espécie de *mimetismo* através de aprendizagens das liturgias políticas e dos rituais de como atuar no campo político. Apreendem os códigos e a linguagem dos espaços e transformam estes locais em ambientes pedagógicos, onde se aprende e apreende toda uma linguagem legítima do Estado. Assim, nascer em uma destas famílias do poder, em uma sociedade recortada pela desigualdade, como é a sociedade brasileira, conforme destaca Monteiro (2017, p. 78-79), “é possuir um distintivo a mais. Tornam-se filhos do privilégio. É pertencer a uma ‘certa nobreza’, conferida pelo nome e reconhecida socialmente”. É descobrir que são sujeitos dotados de privilégios, os quais não são oferecidos aos desprovidos de capital. Os sujeitos pertencentes às classes populares, por exemplo, não possuindo “nome de família”, têm bem mais dificuldade em acessar os cargos estratégicos e de comando, por indicação, na administração pública.

3. **Dimensões da hereditariedade, concentração de poder e desigualdades**

A hereditariedade no poder político apresenta dimensões. Estas dimensões podem ser traduzidas em: 1) permanência no poder; 2) concentração de poder e riqueza; e 3) reprodução de desigualdades. O acesso à alta burocracia estatal e aos cargos de melhores salários, na atual “república” brasileira, por indivíduos pertencentes a poucas famílias tem permitido, historicamente, reforçar o processo de concentração de renda e poder político, uma vez que se incorpora à maneira pela qual se encontra estruturado o sistemas tributário e político no país.

Através da hereditariedade no poder político e do peso que o dinheiro exerce como mediador das relações sociais na arena política, tem sido possível construir uma lógica de transmissão de poder político de uma geração para outra no seio da classe dominante (OLIVEIRA, 2001, 2012; MONTEIRO, 2017). Isso tem possibilitado construir poder e riqueza, concentrado em poucos grupos, que ultrapassam o período de democratização, remontando, inclusive, a períodos como o imperial e o colonial. A classe dominante, por meio das famílias do poder, tem permitido, a partir do controle histórico do aparelho de Estado, se perpetuar, permanecer e reproduzir linhagens nas mais variadas instituições (OLIVEIRA, 2015). A classe dominante, dominando o código legítimo estatal, leis, regras, normas, e tendo muitas vezes o judiciário sobre seu controle, consegue, pela via “democrática”, justificar falsas premissas, que alimentam e reforçam o exercício de sua dominação e, por consequência, tem garantido sua reprodução. É com o controle do código e da linguagem legítima do Estado que a geração anterior transmite à nova geração o patrimônio político e econômico (material e simbólico) de pai para filho ou mesmo para outro herdeiro.

O herdeiro, nesse sentido, traz consigo não só o peso simbólico do “nome de família”, mas também, em certo sentido, a herança material, que é traduzida em bens, imóveis e capitais variados. Por meio da hereditariedade, transmite-se aquilo que muitos em vida, não pertencentes a esta classe, dificilmente iriam conseguir construir pela via do trabalho. Daí que, ao observar os principais e melhores cargos da república sendo ocupados por indivíduos pertencentes às ditas tradicionais famílias políticas, temos um indicativo que nos possibilita pensar, através da hereditariedade, a maneira como indivíduos pertencentes a estas famílias históricas permanecem no aparelho de Estado por tanto tempo. E, com isso, apontar para a possibilidade de pensar a concentração de renda, poder e a distribuição de desigualdade em nosso país (CATTANI, 2016). Ou seja, agentes pertencentes a estas famílias tradicionais da política, aliados aos agentes do universo econômico,

bem posicionados na burocracia estatal e nos principais cargos de comando, têm não apenas conhecimento das regras e dos caminhos de acesso aos recursos recolhidos pelo Estado (Impostos, tributos e taxas), como também possuem acesso privilegiado, que dificilmente teriam se não estivessem nestas posições de poder.

Estar bem posicionado e articulado em rede no aparelho de Estado significa maior potencial de ampliação do volume dos capitais destes agentes que se encontram no campo político e no campo econômico; significa, ainda, ter acesso, *por dentro*, ao sistema de justiça, aos bancos de créditos e de financiamento, ao parlamento e as altas cortes, as grandes empresas e aos investidores; algo que se torna completamente distante para os desprovidos de capital. Estes quando têm acesso ao Estado, o acesso se traduz *por fora* do Estado. Trata-se de acesso para suprir necessidades básicas e vitais, o que não lhes renderá acúmulos financeiros, mas, tão somente, suprimentos de necessidades vitais, sem as quais impossibilitaria sua existência.

Os agentes detentores de expressivos volumes de capitais, portanto, posicionados nos altos postos do Estado e do Mercado acessam o aparelho estatal para ampliar o patrimônio, por meio de privilégios que lhes são fornecidos pela própria posição, mas que, não obstante, são mascarados pela própria linguagem jurídica como aqueles que têm acesso de forma igualitária. Os detentores de volume significativo de capital não acessam o Estado para suprir as necessidades e resolver uma carência de ordem corpórea e vital, como a fome e o emprego, por exemplo. Eles acessam o Estado com a necessidade de ampliar a taxa de lucro e expandir seus investimentos. Trata-se de uma necessidade que não é corpórea e nem tampouco vital, mas que, dentro da lógica capitalista, é construída e alimentada.

Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista da posição do agente dentro da estrutura social e de acordo com a posição de classe, o acesso ao Estado se dá de forma completamente diferente. Dito de outra forma, agentes bem posicionados, de acordo com o peso do seu capital, acessam o Estado *por dentro*, de forma privilegiada e articulados através da posição de classe, por meio de uma rede de relações duráveis que lhes permitem acessar canais que potencializam seus investimentos e, por consequência, ampliam o patrimônio do grupo familiar e a taxa de lucro. Diferentemente, os desprovidos acessam *por fora*, e a ausência de capitais não lhes permitem ter certa autonomia para acessar o aparelho e nem tampouco ocupar posições na alta burocracia estatal, quando muito ocupam são empregos precários que se encontram categorizados como subempregos. E mesmo estes, devido ao baixo volume de capital, quando não à inexistência, decorrem-se de

acessos quase sempre no âmbito local, por meio de agentes políticos numa rede de relações que se constroem cotidianamente no envolvimento destes indivíduos na disputa diária pela conquista/compra do voto. É, por exemplo, o presidente da associação que procura um vereador, ou mesmo ao secretário de saúde, para ter acesso a algum direito, que na lógica do despossuído de capital, será traduzido como um favor. É a necessidade vital que o obriga procurar o Estado e se submeter a lógicas humilhantes que garantam minimamente a reprodução biológica do grupo familiar. Em sociedade recortada por profundas desigualdades, isto se torna mais visível, principalmente quando se observa as relações de dependências que se estabelecem entre aqueles que foram/são historicamente negados o direito a ter direito e aqueles que historicamente foram/são considerados os “privilegiados históricos”, possuidores de capitais que lhes permitem estar ocupando os melhores cargos de atuação/direção e comando no aparelho de Estado.

Essas três dimensões apontadas (permanência no poder; concentração de poder e riqueza; e reprodução de desigualdades) a partir do fenômeno da hereditariedade no poder político, possibilita explicar, em certo sentido, como injustiças podem ser mensuradas de forma objetiva, envolvendo fundamentalmente o aparelho de Estado. Ao tempo que também possibilita pensar como o Estado brasileiro possui mecanismos que, diferenciando-se de uma configuração de Estado democrático de direito, legitimam e perpetuam privilégios, estando muito mais próximo de um Estado oligárquico de direito, levando em consideram que:

1) oligarquias políticas e econômicas, legitimadas pela grande mídia, ditam as regras e elaboram agendas e leis no parlamento brasileiro, o que possibilita pouca margem para a realização de reformas estruturantes por aqueles que elaboram as leis; reformas estruturantes que mexem no andar de cima, da classe dominante, impactariam diretamente nos interesses dos que constituem as oligarquias;

2) a acepção oligárquico de direito, não exclui – portanto, não elimina – pensar as relações idealmente reguladas pelo direito. Ou seja, o texto constitucional expressa bem este entendimento. A carta maior expressa uma infinidade de direitos, porém muitos não saem do papel. Dificilmente são transplantados para o plano da realidade objetiva. Esta passagem do dever ser (normativo) para o ser da coisa (realidade efetiva das coisas) possibilitaria uma ruptura nos interesses das oligarquias. Algo que muito dificilmente ocorrerá sem que as forças advenham dos movimentos externos às casas e às instituições da “república”, tendo

em vista que, para estas, são recrutados agentes que formam a classe dominante ou “casta” de privilegiados.

Esta classe dominante que nos referimos abstratamente, sem nomear, pode ser concretamente nomeada, quantificada e identificada por meio dos agentes através da família que pertencem. A genealogia, enquanto método, permite reconstruir diagramas que demonstram relações e posições, poder e riqueza, acumuladas por estes indivíduos. Cargos que ocuparam e que ocupam no aparelho de Estado. Nesse sentido, é possível perceber como o Estado oligárquico de direito atua na reprodução das desigualdades em nosso país. O Estado, por assim dizer, se transforma em um reprodutor de injustiças sociais e desigualdade no Brasil.

A hereditariedade e a permanência do poder político e econômico duradouro, transmitido aos indivíduos historicamente pertencentes às tradicionais famílias donas do poder e donas do capital (OLIVEIRA, 2012; MONTEIRO, 2017, CAMPOS & BRANDÃO, 2017), contribuem para assegurar privilégios indevidos, acompanhados da diminuição gradativa do espaço de atuação da democracia política e do controle social das agendas discutidas no congresso e nas arenas de disputas institucionalizadas no Estado, como câmaras legislativas e assembleias estaduais. Isso explica por que determinadas agendas são controladas de acordo com os interesses destas famílias que, articuladas com as oligarquias do dinheiro e a oligarquia midiática, não pautam as políticas fiscais e monetárias, no sentido de tornar mais justo e equitativo o sistema tributário (FISCHER, 2016; FARIAS & SIQUEIRA, 2016), o que, por exemplo, possibilitaria beneficiar, no sentido de melhor distribuir a riqueza nacional, os desprovidos de capital - ou seja, historicamente, os excluídos – garantindo, por consequência, uma melhor distribuição do poder político e do poder econômico. Estes que, distribuídos, possibilitaria a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Nesse sentido, e não menos importante, cabe destacar que a configuração destas famílias do poder (executivo, legislativo e judiciário) se atrela a uma lógica de trocas de favores – alimentada, quase sempre, por práticas ilícitas – com a oligarquia do dinheiro. As trocas também se dão em torno das necessidades. Necessidades de ampliação dos capitais. A oligarquia do dinheiro necessita da oligarquia midiática e das que atuam no interior das casas legislativas, onde se formulam as leis, para garantir a aprovação de projetos que lhes beneficiem. E as oligarquias do poder necessitam da oligarquia do dinheiro para financiar as campanhas e garantir, por conseguinte, o acesso aos cargos eletivos e acesso a alta burocracia estatal, de forma que possam reproduzir, via a hereditariedade o

poder político, e, assim, transmitir de uma geração para outra o patrimônio, quando não ampliado, do grupo familiar.

Tais oligarquias não podem ser concebidas sem a articulação que exercem com os guardiões “das leis” e “dos bons costumes positivados” – que se materializam, em tese, no poder judiciário. Vê-se, assim, que, embora o concurso seja um mecanismo de recrutamento da alta burocracia do poder judiciário brasileiro, a forma de ingresso para os cargos de comando das altas cortes se dão, aliados a certa “competência técnica”, por decisão política. O que nos permite entender como o poder político, econômico e judiciário se articula num todo orgânico, embora com algumas diferenças de interesses nas frações de classe, agindo por meio de um *habitus* um tanto quanto homogêneo da classe dominante.

O mapeamento, por assim dizer, das famílias que se encontram nos poderes executivo, legislativo, judiciário, além do ministério público do país, permite identificar a origem social, as famílias a que pertencem, e as escolas em que estudaram, os agentes que estão melhor posicionados no aparelho de Estado. Consequentemente, permite pensar *habitus*, valores incorporados, visões e matrizes de percepções que permitem agir de tal forma e não de outra, observando a relação dos indivíduos a partir do lugar que se encontram posicionados na estrutura social. Certamente, estas famílias acumulam capitais político-familiar e capital econômico, o que, de certa forma, tem constituído a subordinação da política à lógica plutocrática e subordinação do poder político ao poder econômico. Seus agentes constitui fator preponderante para a perpetuação do modelo de concentração de riqueza e, consequentemente, do permanente aprofundamento das desigualdades.

4. Família, parentes e ocupação nos cargos nos 10 maiores municípios do Estado da Paraíba.

A partir de levantamento e mapeamento realizado junto aos sites do IBGE⁵, do Tribunal Regional Eleitoral⁶ e das prefeituras dos 10 maiores municípios do Estado, construiu-se a tabela 1, que está organizada por ordem alfabética contendo o nome dos 10 (dez) maiores municípios, com seus respectivos ocupantes de cargos eletivos no plano executivo e os membros que compõe as secretarias de maior vulto orçamentárias: educação, saúde, assistência social e infraestrutura. Trata-

⁵ Cf. <http://www.ibge.gov.br/home/> Acessado em 10 mai. 2017.

⁶ Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/> Acessado em 18 mai. 2017.

se, portanto, de um levantamento preliminar que pretende aprofundar às discussões em torno do padrão de dominação por meio de dois tipos de capitais: econômico e político-familiar. Nesse sentido, realizamos, ainda que de forma exploratória, a identificação dos nomes que ocupam as principais pastas e os nomes dos prefeitos que administram, leia-se, controlam os principais orçamentos do Estado, em termos de municípios.

De forma ainda que exploratória, e observando a tabela abaixo, é possível identificar alguns nomes pertencentes às tradicionais famílias do poder no Estado. Por exemplo, a maior cidade do interior do Estado, Campina Grande, é governada pelo prefeito Romero Rodrigues, primo em primeiro grau, pela linha materna, do senador Cássio Rodrigues Cunha Lima, e primo, em segundo grau, do deputado federal Pedro Oliveira Cunha Lima. Este, neto de Ronaldo José da Cunha Lima, político paraibano que por mais de três décadas, ocupou os principais cargos eletivos da república; e bisneto de Elpídio de Almeida, ex-prefeito de Campina Grande na década de 1950, do século passado. A frente da secretaria de educação deste município está a sua ex-cunhada Iolanda Barbosa Silva. Ainda situada na parentela do grupo Cunha Lima, do qual Romero faz parte da linhagem, encontra-se Eva Gouveia, esposa do deputado federal, Rômulo Gouveia. Este, que foi a indicação do grupo Cunha Lima para compor chapa de vice-governador no primeiro mandato do então-atual governador Ricardo Vieira Coutinho, além de esposo de Eva Gouveia, é também um dos que fora adotado pela família Cunha Lima como pertencente à parentela do grupo. Se olharmos para a Secretaria de obras, também iremos encontrar a força deste padrão de recrutamento, baseado nas relações familiares e no *capital político familiar*. Ou seja, se por um lado as secretarias de educação e assistência social estão sob controle daqueles que se encontram diretamente vinculados a oligarquia Cunha Lima, representada localmente por Romero Rodrigues; por outro, veremos que, não menos oligárquica é a herança na secretaria de obras. Isto se confirma pelo fato que Romero Rodrigues tem como vice-prefeito Enivaldo Ribeiro, pai do deputado federal, e ex-ministro das cidades, Aguinaldo Ribeiro. Este, por sua vez, é primo legítimo de Fernanda Ribeiro Barboza Silva, indicada pelo tio Enivaldo Ribeiro⁷.

Em Cajazeiras, município situado no sertão paraibano, José Ademir Meireles de Almeida já foi deputado federal e deputado estadual por três mandatos. Na condução da Secretaria de Saúde encontra-se sua esposa Paula Francinetti Lacerda Cavalcante de Almeida.⁸ Em Guarabira, o prefeito

⁷ Redação PMCG. Nova secretária de obras revela que um dos seus objetivos é modernizar os procedimentos na máquina administrativa, 12 jan. 2017. Acessado em 16 jun. 2017. Disponível em pmcg.org.br

⁸ Redação Polêmica da Paraíba. Cajazeiras já tem nova secretária de saúde; prefeito eleito confirma nome da esposa. 10 out. 2016. Acessado em 16 jun. 2017. Disponível em www.polemicaparaiba.com.br

Zenóbio Toscano, em seu segundo mandato, e ex-deputado estadual por cinco mandatos, embora não tenha parentes nos cargos que selecionamos, veem-se que em outras secretarias, como Cultura e Política para Mulheres, os parentes estão presentes. Além disso, observa-se que, na assembleia legislativa do Estado, a família tem sua representação, através da herdeira Camila Toscano. A esposa de Zenóbio Toscano, Léa Toscano, também já ocupou a cadeira que hoje pertence a sua filha e que, no passado, o “proprietário” foi seu esposo. A tabela 1, abaixo, restringe-se as principais pastas em termos orçamentários, todavia é possível, no caso específico de Guarabira, observar que a ex-deputada Léa Toscano é a responsável pela pasta da secretaria de políticas para as mulheres⁹ e Percinaldo Santos Toscano, pertencente à comissão executiva do diretório municipal do PSDB guarabirense¹⁰.

Tabela 1 – Família, parentes e ocupação de cargos nos 10 maiores municípios da Paraíba

Município	Prefeito	Secretaria de saúde	Secretária de educação	Secretária de assistência social	Secretária de obras
Bayeux	Gutemberg de Lima Davi	Jordane Reis de Meneses	Adriana Diniz	----	Antonio Luis Macedo
Cabedelo	Wellington Viana França	Jairo George Gama	Alsony Meireles da Silva	Euzo da Cunha Chaves	Erika Moreno Gusmão
Cajazeira	José Aldemir Meireles de Almeida	Paula Francinetti Lacerda Cavalcante de Almeida	Tereza Cristina Diniz de Abreu	Gerlane Moura Gomes	José Guimarães Coelho Filho
Campina Grande	Romero Rodrigues Veiga	Luzia Pinto	Profª Iolanda Barbosa Silva	Eva Gouveia	Fernanda Ribeiro Barboza Silva Albuquerque
Guarabira	Zenobio Toscano de Oliveira	Wellington Antônio Rodrigues de Oliveira	Raimundo Alves de Macedo Sobrinho	Elias Asfora Neto	Alcides Camilo de Moura Sobrinho
João Pessoa	Luciano Cartaxo Pires de Sá	Adalberto Fulgêncio	Edilma da Costa Freire	Eduardo Jorge Rocha Pedrosa	Cássio Augusto Cananéa Andrade
Patos	Dinaldo Medeiros Wanderley Filho	Andressa Cristina Sobreira Lopes	Alana Candeia de Melo	Maria da Guia de Medeiros Lustosa	Antônio Carlos de Figueiredo Martins
Santa Rita	Emerson Fernandes Alvino Panta	Maria do Desterro Fernandes Diniz Catão	Edilene da Silva Santos	Edjane Silva Alvino Panta	Ademilson Montes Ferreira
Sapé	Flavio Roberto Malheiros Feliciano	Anna Katarina Lima Pinheiro de Galiza	Kildare André Lima de Freitas	Wiviane Eugênia De Paiva	Aparício José Calzerra
Sousa	Fábio Tyrone Braga de Oliveira	Amanda Silveira	Gilmara Alves Formiga	Johanna Dinah Abrantes de Carvalho Marques Estrela	Luiz Gonzaga Freires

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

⁹ SAN, Rafael e ALVES, J. Léa Toscano assume secretaria da mulher em Guarabira, 02 mar. 2017. Acessado em 16 jun. 2017. Disponível em www.manchetepb.com

¹⁰ Redação Brejo.com. PSDB de Guarabira realiza convenção municipal e reconduz Zenóbio à presidência, 17 mai. 2015. Acessado em 16 jun. 2017. Disponível em portalmidia.net

Este padrão de recrutamento, por assim dizer, para os cargos de secretários municipais, não se enquadra no que, de acordo com a decisão do STF, por meio da Súmula Vinculante 13, denominou-se de Nepotismo. Esta prática acontece, do ponto de vista jurídico, quando uma autoridade nomeia para cargo de *confiança* parente seu, funcionando também com a designação recíproca cruzada, ou seja, de nepotismo cruzado. Nesse sentido, a decisão do STF não enquadra Secretário municipal, Secretário estadual ou mesmo Ministro de Estado como cargos de comissão, mas como cargo de agente político. O que, no entendimento desta corte, se tenta fazer é legitimar de forma um tanto quanto falaciosa, numa premissa extremamente frágil, que os cargos de Secretários (municipal e estadual) e de Ministro, por ser de natureza política, afastariam, portanto, do enquadramento de cargo de *confiança* (*cargo em comissão*), cuja função é de direção, chefia e assessoramento. É um cargo que pode ser exercido por quem não possua cargo efetivo. Trata-se do comissionado.

Do ponto de vista lógico e sociológico, embora o STF tente enquadrar de maneira um tanto quanto forçosa os Secretários e Ministros como agentes políticos, em termos da natureza da sua ocupação, não se pode desconsiderar, no mundo prático, que cargos de secretários e de ministros são cargos de *confiança* e que, portanto, diante da frágil interpretação da corte, ao invés de esclarecer, apenas ratifica o quanto suas decisões são permeadas por interesses políticos. Ou seja, de acordo com esta Súmula vinculante 13, o irmão, irmã, pai e mãe, além de outros parentes, do prefeito, podem ser secretários municipais, mas estão impedidos de assumir cargos de direção, chefia e assessoramento. Diante deste entendimento esdrúxulo do STF, pode-se mais, mas não se pode menos. Contraria, portanto, as regras básicas da lógica formal. É como se o irmão do prefeito ou outro parente não pudesse ser diretor de uma escola, porém fosse elevado, diante desta proibição, à condição de secretário sendo, portanto, aquele responsável a destinar os recursos para os diretores gerirem os destinos da escola. A súmula elevou prática que poderia ser vetada.

A decisão do STF é contraditória do ponto de vista lógico e do ponto de vista sociológico demonstra as entranhas de uma decisão eminentemente política que privilegia os herdeiros das tradicionais famílias e aqueles que assumem cargos eletivos de prefeitos, governadores e presidentes, a favorecer seus familiares e parentes por meio dos mais altos cargos e os mais bem pagos. A decisão apenas reforça, ferindo princípios constitucionais como da impessoalidade e da moralidade, num contexto de uma sociedade em que a hereditariedade no poder político se legitima

como mecanismo, quase que natural, de sucessão nos cargos ditos republicanos pelos herdeiros do privilégio.

Trata-se, portanto, de uma estratégica montada e ratificada pelo manto da legalidade, mas que não deixa de ser menos pessoal e amoral, para não dizer imoral, no contexto de sociedade e diante de uma carta magna que confirma valores republicanos como norteadores do agir político. A ocupação destes cargos é montada, quase sempre, pelos parentes e/ou pertencentes à parentela, legitimados pela decisão do STF, através da Súmula Vinculante 13, os quais passam a controlar a ordenação de despesas mantendo fluxos de controle sobre os maiores orçamentos municipais (MONTEIRO, 2017).

Este controle de recursos públicos é o que, fundamentalmente, tem permitido a intermediação entre o político e a sociedade. Pesquisa realizada por Pimentel (2014) e defendida no doutorado em Ciência Política/UFPE, trabalhando com os bancos de dados do IBGE, TSE e STN, tendo um universo de 1798 municípios, no qual tenta desenvolver um Índice de Clanismo Municipal – ICM, constata, com base em informações catalogadas junto à UNDIME, a CONASEMS e o SIGPBF do MDS, que os nomes dos ocupantes das três secretarias principais (Saúde, Educação e Assistência Social) mantêm parentesco com o cargo executivo em 1511. Para tanto, levou em consideração, os “sobrenomes” do prefeito e dos secretários, tendo em vista que a Súmula Vinculante de nº 13 permite parentes em cargos políticos como secretários.

A pesquisa realizada por Pimentel (2014) constatou que aproximadamente 50% dos secretários de tais pastas, dos 1511 municípios, possuem parentesco com o gestor. Os dados ainda revelaram que, quanto menor o porte dos municípios, maior a incidência de parentes e familiares. Os municípios de menor porte no Brasil são, em sua expressiva maioria, aqueles cuja economia depende amplamente do poder público municipal, o que configura no entendimento de que são poucas as alternativas de renda e de empregabilidade para além das prefeituras. Nesse sentido, este estudo em questão destaca que a Paraíba foi o segundo Estado da federação com o maior percentual de Secretários com vínculos familiares e de parentesco com o gestor municipal, ficando atrás apenas do Piauí que teve 71% dos secretários. O Estado da Paraíba apresentou percentual de 61%, o qual corresponde aos municípios com menos de 10 mil habitantes, que na Paraíba configura-se como a maioria. Este entendimento, embora em menor grau, também pode ser estendido para as prefeituras de maior porte orçamentário, como é o caso das prefeituras de Campina Grande, Cajazeiras e Guarabira, conforme o quadro 1 acima. Nelas também apresentam forte relação entre a ocupação de cargos de secretário e a variável família ou parentes/parentelas que se encontram ancorados no seio dos interesses do grupo familiar.

É interessante observar que Arreche (2004) destaca que a autonomia administrativa obtida pelos municípios foi acompanhada de uma maior participação na divisão do bolo tributários para os municípios considerados pelo IBGE micro, ou seja, os municípios com menos de 10 mil habitantes¹¹. Isto implica que os municípios menores podem contar com até 10 vezes mais recursos *per capita*, oriundos do FPM, do que aqueles de maior porte, o que possibilita o aumento do *empreguismo* como forma de controle político e mais recursos sobre o controle dos parentes e das famílias políticas. Daí a sustentação pelo capital econômico destes agentes no poder local.

Evidencia-se aqui a forma como se dá o processo de patronagem realizado pelas famílias políticas e pela via do parentesco no controle do volume de recursos oriundos do ente da União destinados aos municípios. Os recursos públicos, quase sempre, são destinados à geração de emprego nestes pequenos municípios, possibilita o controle político e a construção das relações de dependências pautadas em favores e em carências materiais. Assim, há uma tendência: quanto menor o município, maior a probabilidade de estarem propícios às práticas de patronagem devido ao maior volume de recursos de estes entes estarem sob o controle de famílias políticas que historicamente os controlam, tanto pela via eletiva como pelo acesso aos principais cargos de gerenciamento financeiro local.

5. Considerações finais

Possuir familiares no comando das prefeituras e nas secretarias municipais, atuando nas assembleias legislativas e, conseqüentemente, na Câmara Federal é ter um lastro de aberturas em diversas instituições públicas do Estado e em instituições privadas no mercado. É ter acesso e, muitas vezes, controlar volume considerável de fluxo de recursos financeiros. As prefeituras e governos estaduais, bem como representações no legislativo, porém, muito mais que cargos de representação do executivo, possuem poder de construir pela máquina administrativa uma verdadeira malha de serviços que garante e fortalece a prática do *empreguismo*. Desta feita, dominar essas instâncias é controlar volumes significativos de recursos econômicos. É envolver diversos agentes nas relações. E ter muitos agentes envolvidos é o que dá na capilaridade à formação da musculatura do capital social e, conseqüentemente, do capital político. Soma-se a isso o fato de que, se “a base” está constituída nos municípios, torna-se mais fácil angariar recursos –

¹¹ Ver: ARRECHE, 2004, p. 17-26; Ver também: PIMENTEL, 2014, p. 77-84.

por meio das empresas que, muitas vezes, ganham as licitações – para custear as campanhas. Até porque estas também são beneficiadas. Não é por mero ato do acaso que os investimentos elevaram-se tanto nas campanhas.

Este levantamento, ainda que inconcluso, nos permite dialogar com a literatura sobre estrutura de poder, concentração de renda e desigualdades, acrescentando, a estas, às dimensões da hereditariedade dos grupos familiares de elite – como uma variável que importa a análise –, instigando questões relacionadas à lógica da permanência e reprodução de poder e riqueza. Buscou-se, assim, apresentar, ainda que de forma preliminar, o mapeamento das famílias que controlam os principais orçamentos públicos municipais, após as eleições de 2016, no Estado da Paraíba, com enfoque para a reprodução das famílias políticas e as dimensões da hereditariedade no Estado da Paraíba.

6. Referências

ARRECHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BOURDIEU, Pierre. "O espírito de família". In: **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

_____. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

_____. "Le capital social. Notes provisoires". **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 1980, p. 31, 2-3.

_____. **O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação**. Campinas, São Paulo, Papirus, 2000.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira Campos & BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Org.). **Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ, Editora: Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2017.

CANÊDO, Leticia Bicalho. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais brésilien. **Genèses**, Paris, n. 31, juin. 1998.

_____. Metáforas do Parentesco e a duração em política. **Textos de História**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 103, 1995.

_____. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 18, n. 42, p. 29-52, Aug. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>.

_____. Caminhos da memória: parentesco e poder. **Textos de História**. Brasília, v. 2, n3, p. 85-123, 1994.

_____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-posições**. Campinas, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.

_____. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós- Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan./jun. 55-76, 2011.

CATTANI, Antônio David. Sofismas da riqueza. In: CATTANI, Antônio David & OLIVEIRA, Marcelo Ramos. **A sociedade justa e seus inimigos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Tomo editorial, 2016. (p. 17-37).

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 2014. (Estudos Políticos do DIAP)

FARIAS, Fátima Gondim & SIQUEIRA, Marcelo Lettieri. Bases tributárias brasileiras. In: CATTANI, Antônio David & OLIVEIRA, Marcelo Ramos. **A sociedade justa e seus inimigos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Tomo editorial, 2016. (p. 37-61).

FISHER, Douglas. Crimes tributários fiscais. In: CATTANI, Antônio David & OLIVEIRA, Marcelo Ramos. **A sociedade justa e seus inimigos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Tomo editorial, 2016. (p. 117-131).

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Entre famílias e secretarias: análise do arranjo político administrativo do Paraná (1889-1930). In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau, Nova Letra, 2015.

GRILL, I. G. Família, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do título escolar no exercício do *métier*. **Tomo**. Porto Alegre, n. 10, p.85-111, 2007.

_____. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2003.

MONTEIRO, José Marciano e ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. Parentesco, poder político e representação feminina na 55ª legislatura na câmara federal. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores. 2016, p. 507-563.

_____. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar.** São Paulo: Editora LiberArs, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias políticas, desigualdade e estratificação social no Brasil contemporâneo. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia.** Porto Alegre, 2015, disponível em http://www.academia.edu/12814454/Fam%C3%ADlias_Pol%C3%ADticas_Desigualdade_e_Estratifica%C3%A7%C3%A3o_Social_no_Brasil_Contempor%C3%A2neo Acesso em 14 novembro de 2015.

_____. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores.** Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. Política, direito, judiciário e tradição familiar. In: _____. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná.** Blumenau, Nova Letra, 2015.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos Clãs: a família na política nordestina.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2014.

VALENCIANO, Tiago. A nova geração do nepotismo na política paranaense. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná.** Blumenau, Nova Letra, 2015.

VANALI, Ana Crhistina. Professoras Correia de Freitas: trajetórias femininas na Curitiba republicana. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Nepotismo, parentesco e mulheres.** Curitiba: RM Editores. 2016.